

O estado da arte sobre a inclusão nos institutos federais: dialogando sobre ações inclusivas na rede**The state of art on inclusion in federal institutes: dialogue on inclusive actions on the net**

DOI:10.34117/bjdv6n6-488

Recebimento dos originais: 12/05/2020

Aceitação para publicação:22/06/2020

Kátia Arruda Dias

Mestranda do curso Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão
da Universidade Federal Fluminense-UFF
Pedagoga - Orientadora Educacional no IFRJ/Niterói
CMPDI/UFF – IFRJ
E-mail:katia.dias@ifrj.edu.br

Edicléa Fernandes MascarenhasProf.^a. Dr.^a

Doutora em Ciências da Saúde da Criança e da Mulher/ FIOCRUZ
Mestre em Educação Especial/ UERJ- Psicóloga/ UFRJ- Pedagoga/ UNIGRANRIO
Psicopedagoga/ EPSIBA

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-
Coordenadora do Núcleo de Educação Especial e Inclusiva (NEEI)- Professora do Programa de
Pós Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas da Faculdade de
Educação da Baixada Fluminense/UERJ- Professora do Programa de Pós Graduação em
Diversidade e Inclusão e Ciência, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense
E-mail: professoraediclea.uerj@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conhecer o que foi produzido nos últimos anos sobre a inclusão de alunos com deficiências na rede federal de ensino e verificar se essas pesquisas estão vinculadas a atuação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nos Institutos Federais (IFs). A metodologia utilizada foi levantamento bibliográfico tendo como fonte somente teses e dissertações publicadas nos últimos cinco anos, pois consideramos que esses estudos abarcam boa parte da produção sobre o tema no país, já que a criação e expansão dos IFs ocorreu de forma vertiginosa no espaço de onze anos e, existem poucas publicações sobre o assunto. A pesquisa foi feita em bases de dados de acesso público no período de janeiro a março do corrente ano. Foram encontrados quatorze trabalhos que abordam a temática. As análises dos dados encontrados indicam que, apesar do aumento de alunos com deficiência matriculados nos IFs, são escassas as investigações a respeito do processo de inclusão desses alunos na rede. O trabalho evidencia ações exitosas dos NAPNEs quando eles assumem o papel de protagonista e articulador das ações inclusivas dentro do ensino. Concluímos que são escassas as investigações a respeito do processo de inclusão dos alunos com deficiência nos IFs e que a ausência de uma política específica para direcionar e organizar as práticas de inclusão, dificultam a inserção de uma identidade ou de

uma cultura inclusiva nos Institutos e que a falta de estrutura física, de recursos financeiros e humanos são apontados como barreiras para a implementação e atuação dos NAPNEs.

Palavras-Chave: Instituto Federal, Educação Profissional, Inclusão, Políticas e Práticas Inclusivas.

ABSTRACT

In order to know what has been produced in recent years about the inclusion of students with disabilities in the federal school system and to verify if these researches are linked to the performance of the Centers for Assistance to People with Specific Needs (NAPNES) in the Federal Institutes (IFs). The methodology used was bibliographic survey having as source only theses and dissertations published in the last five years, because we consider that these studies cover a good part of the production on the theme in the country, as the creation and expansion of IFs occurred in a vertiginous way in the space of eleven years and, there are few publications about the subject. The search was in public access databases from January to March of this year. Were found fourteen papers that addressed the theme. Analyzes of the data found, indicate that despite the increase of students with disabilities enrolled in IFs, there are few investigations regarding the process of inclusion of these students in the network. The work shows successful actions of NAPNES they assume the role of protagonist and articulator of inclusive actions within teaching. We conclude that there are few investigations about the process of inclusion of students with disabilities in IFs and that the absence of a specific policy to direct and organize inclusion practices, makes it difficult to insert an inclusive identity or culture in the Institutes and that Lack of structure of financial and human resources are pointed as barriers to the implementation and performance of NAPNES.

Keywords: Federal Institute, Professional Education, Inclusion, Inclusive Policies and Practices.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propôs, a partir de um levantamento bibliográfico, conhecer no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) o que foi produzido nos últimos anos acerca da inclusão de alunos com deficiências na rede federal de ensino e verificar se essas pesquisas estão vinculadas ao Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) e a atuação dos NAPNEs nos IFs.

O referencial utilizado no estudo foi o histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCCT), a legislação da rede federal e a legislação vigente. O trabalho evidencia a necessidade da ampliação das discussões, já que existem poucos trabalhos publicados com essa temática, o interesse nessa pesquisa pode ser justificado também, pelo pequeno número de trabalhos que tratam da inclusão de alunos com deficiência na rede federal de ensino e pelo fato de que o acesso aos Institutos Federais tende a crescer após as Leis 12.711 e 13.409. O esforço empreendido neste estudo se apoia na relevância que o mesmo representa no cenário nacional para o delineamento de um caminho para a construção de uma política inclusiva nos Institutos Federais. Esse trabalho foi organizado em quatro partes, além das referências bibliográficas. A primeira é a introdução ao trabalho, a segunda, o desenvolvimento que aborda a expansão da rede federal, o

Programa TEC NEP, a criação e os objetivos dos NAPNEs e os aspectos históricos das ações inclusivas na rede federal. A terceira apresenta a metodologia utilizada, uma tabela com o resumo do levantamento bibliográfico realizado nesse estudo, e a última parte expõe os resultados obtidos por intermédio da análise do levantamento bibliográfico das ações inclusivas nos IFs nos últimos cinco anos.

2 DESENVOLVIMENTO

A rede de Instituições Federais de ensino no Brasil existe desde o período imperial, tendo como exemplo o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro fundado em 1837. Desde então, foram criadas muitas outras instituições ligadas ao Ministério da Educação (MEC), como as Universidades, cujo objetivo principal é ofertar cursos de nível superior (graduação e pós-graduação), os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) que objetivam, principalmente, a oferta de cursos superiores com prioridade nas diversas engenharias. Além disso, existem os Institutos Federais criados em 2008, com a missão principal de oferecer desde a educação básica, curso técnico integrado ao ensino médio, até a pós-graduação (mestrado e doutorado).

Os IFs estão presentes em todos os estados brasileiros, nos quais há no mínimo uma Universidade e um IF. As Universidades, tradicionalmente foram criadas nas capitais e expandiram-se a partir de 2003 em direção ao interior. Os IFs promoveram uma interiorização das ações em municípios de pequeno porte. O documento “Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica - Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais” mostra que a razão de ser dos IFs, enquanto instituições voltadas para a educação profissional e tecnológica, deve estar comprometida com o desenvolvimento local e regional no cenário em que estão instalados.

Na proposta de criação dos Institutos Federais, no que tange a territorialidade, a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, se realizou em três fases. Em 2006 iniciou-se a primeira fase de expansão das escolas Federais de Educação Profissional e Tecnológica, objetivando implantar novas Unidades em cidades e estados desprovidos desse tipo de educação, com a intenção de ofertar cursos que articulassem com as potencialidades e peculiaridades locais (BRASIL, 2010). Assim, a Educação nos Institutos Federais se distancia de vieses tradicionais, conforme diz o Art. 2º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008)

No período entre 2007 a 2010 iniciou a segunda fase de expansão de maneira a atender o maior número possível de mesorregiões e pessoas considerando as questões sociais e culturais locais (BRASIL, 2010). Entre 2011 a 2014 se deu a terceira fase da expansão. Durante a primeira e a segunda fase foram construídas 214 escolas e na terceira fase 208. Ao longo de nove anos, foram construídas 422 Unidades, somadas as 140 escolas já existentes, a rede passou a ter 562 *campi* vinculados aos IFs, abrangendo 515 municípios localizados em 27 Unidades da federação.

Desde o início da expansão dos IFs, muito vem sendo feito, mas ainda não é suficiente para se falar em educação inclusiva, de fato, na Instituição. Temos algumas Leis atuais que garantem a inclusão de alunos com deficiências nas escolas, citando apenas algumas mais recentes, tais como: a Lei 13.146/15 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência, a Lei 13.409/16, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior nas Instituições Federais de Ensino, por último, em maio de 2017 dando a determinação final sobre a reserva de vagas para alunos com deficiência e, agora garantindo de fato o acesso desses alunos nessas Instituições de Formação Profissional, a Portaria Normativa do MEC nº09 de 05/05/17.

Para atender a proposta de expansão dos IFs, teve início no ano 2000 o Programa TEC NEP que foi formatado através de uma articulação entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e a extinta Secretaria de Educação Especial (SEESP) ambas vinculadas ao Ministério da Educação no intuito de instrumentalizar a Rede Federal. Uma das estratégias do Programa era a constituição dos NAPNEs em todos os *campi* da RFEPCT para que esses implementassem diretamente o Programa.

Somente em 2008, com a reestruturação da rede federal, os NAPNEs foram, de fato, instituídos como forma de ampliar a política de educação inclusiva, intervindo no atendimento e no apoio ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas e garantindo o atendimento aos alunos com deficiência que ingressarem na instituição. Atualmente, todas as instituições da Rede Federal devem ter em seus *campi* o NAPNE, com o intuito de promover o desenvolvimento da educação inclusiva e apoiar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas.

Após extinção da SEESP em 2011 as ações do Programa TEC NEP passaram a integrar SECADI, que tinha como objetivo assegurar o direito à educação tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social. Em janeiro de 2019, a extinção da SECADI foi caracterizada como um retrocesso no campo dos direitos educacionais da inclusão, se mostrando como uma medida na contramão da promoção do desenvolvimento pleno, da equidade e da inclusão no processo educativo. Nos dias atuais cabe, a cada instituto de forma autônoma e pouca articulada,

se responsabilizar pelo planejamento, implementação, financiamento e gestão de uma política para educação inclusiva, pela ausência de uma sistematização das ações, sendo assim, a inclusão passa a ter uma trajetória própria dentro de cada IF, sem necessitar de um programa institucional.

O levantamento bibliográfico realizado nessa pesquisa nos mostra que, independentemente das temáticas privilegiadas nos trabalhos selecionados e considerando as limitações das bases de dados utilizadas, ainda são muito escassas as publicações sobre ações inclusivas desenvolvidas na rede federal e que, em sua maioria, esses estudos estão vinculados ao Programa TEC NEP e aos NAPNEs.

Um desses estudos é o de Carlou (2014) sobre a inclusão na educação profissional no IFRJ na perspectiva dos gestores. Segundo a autora, os NAPNEs no IFRJ têm se mantido a partir da boa intenção ou pela sensibilidade individual pelo tema da inclusão por parte dos seus membros, sem muito reconhecimento e/ou respaldo institucional.

Outro estudo sobre práticas inclusivas nos IFs como o descrito no estudo de Oliveira (2017) mostra que as ações dos NAPNEs nos *campi* são de fundamental importância, ainda que se mantenham em funcionamento mesmo de maneira precária. Os Núcleos possuem a responsabilidade de preparar a instituição para receber os alunos com necessidades específicas.

Cunha (2015) concluiu que o desenvolvimento de ações exitosas em alguns IFs acontece quando os NAPNEs assumem o papel de articuladores das ações voltadas para a inclusão.

Silva (2014) em seu estudo afirma que a criação do NAPNE por meio da Ação TEC NEP foi primordial para criar na Instituição a discussão acerca da inclusão, facilitando o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes no IFPB Campus João Pessoa.

A análise de Rocha (2016) mostrou que os NAPNEs se revelam como estratégia chave para a implementação de políticas para o aluno público da Educação especial nos IFs e em alguns momentos, é o único responsável por esse processo.

Mediante o exposto, justifica-se esse estudo que buscou conhecer e refletir sobre o que foi produzido nos últimos anos acerca da inclusão de alunos com deficiências na rede federal de ensino, e verificar se essas pesquisas estão vinculadas ao Programa TEC NEP e a atuação dos NAPNEs nos Institutos Federais, uma vez que o mesmo possibilitará a promoção de reflexões sobre as práticas institucionais nos IFs brasileiros e fornecerá contribuições para o desenvolvimento de mudanças efetivas no processo de inclusão e no atendimento aos alunos pelos NAPNEs, mesmo sem uma referência política mais ampla ou sem diretrizes nacionais, fica patente o grande potencial dos Núcleos para o alargamento de um trabalho inclusivo nos *campi* sob o tripé do ensino, pesquisa e extensão, o que abre uma grande oportunidade para o atendimento discente nos IFs brasileiros.

Os NAPNEs necessitam urgentemente de políticas com estratégias pedagógicas para apoio e atendimento aos discentes. Nos marcos regulatórios institucionais de cada IF, são apresentados dentre outros aspectos, seus organogramas e competências das suas Pró-Reitorias. Em alguns institutos percebemos ainda, os NAPNEs instanciados junto à Pró-reitoria de Extensão (PROEX), e não vinculados à Pró-reitoria de Ensino (PROEN), o que se mostra política e articuladamente incoerente face à natureza de instância de ensino dos NAPNEs. Entendemos, aqui, a urgente relevância do redimensionamento programático de os NAPNES passarem a estar ligados à PROEN, cujo objetivo público é de promover e incentivar projetos de ensino, além da proposição de políticas e diretrizes de educação inclusiva que contemplem a diversidade dos estudantes da Instituição e de pensar, propor e defender uma política educacional pautada nas demandas do ensino inclusivo, na experiência vivenciada no IFRJ, os NAPNEs estão vinculados à PROEX.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida em base de dados de acesso público, sendo realizado um levantamento bibliográfico no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses e Dissertações Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no portal domínio público no período de janeiro a março, e nos meses de abril a junho do corrente ano, foram realizadas as leituras desses trabalhos, tendo como fonte somente teses e dissertações publicadas nos últimos cinco anos.

A seleção dos trabalhos foi realizada tendo por referência os títulos que deveriam conter, pelo menos, um dos seguintes descritores: instituto federal, rede federal, educação profissional e tecnológica, NAPNE, TEC NEP, educação inclusiva e inclusão. Os critérios de exclusão foram: os trabalhos publicados antes de 2014, os que tratavam da inclusão ou educação profissional fora do contexto dos IFs, teses e dissertações que não estivessem disponíveis *on-line* e textos publicados na íntegra. Os trabalhos utilizados nessa revisão foram organizados em ficha protocolar contendo: nome do autor, título, ano de publicação, objetivos e resultados obtidos. Mesmo considerando as limitações das bases de dados utilizadas, ainda são muito escassas as publicações que relacionam as ações inclusivas desenvolvidas nos Institutos Federais no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos selecionados nas diferentes bases de dados são apresentados na tabela abaixo:

Identificação	Resumo
<p>ALBA, Jacira Dall'. Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: contribuições do NAPNE do IFAM – campus Manaus Zona Leste. 2016, 103f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Amazonas, 2016.</p>	<p>Propor por meio de diagnóstico realizado com os professores os indicadores que orientem a melhoria na execução das atribuições do NAPNE. Os resultados indicam a necessidade de melhorias no planejamento, acompanhamento e avaliação na implementação das ações propostas pelo NAPNE, tendo em vista que o núcleo deve atuar em conjunto com os demais setores do campus e, conseqüentemente, articulado com as atribuições do NAPNE sistêmico do IFAM.</p>
<p>ALENCAR, Ligyanne Karla. Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional: ações e possibilidades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Natal. 2017, 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2017.</p>	<p>Análise de políticas de educação inclusiva implantadas no Brasil, com ênfase nos processos de inserção de pessoas com deficiência à Educação Profissional na RFEPCT, com foco no IFRN. As reflexões empreendidas na pesquisa podem ajudar os gestores a diminuírem as arestas que impõem limites a essa política interna para torná-la mais eficiente, mostrando à sociedade as possibilidades presentes na instituição, na luta por um sistema de cotas ou de reservas de vagas no processo seletivo a todos os cursos do IFRN, principalmente para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, para que possamos avançar no sentido de uma sociedade mais inclusiva.</p>
<p>CARLOU, Amanda. Inclusão na educação profissional: visão dos gestores do IFRJ, 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.</p>	<p>Analisar a inclusão na educação profissional no IFRJ a partir da visão dos gestores. Os resultados demonstram que, apesar do discurso revelar um grau de engajamento significativo dos gestores com a inclusão dos alunos, ainda assim, continuam, em sua maioria, excluídos dessa modalidade de educação, e que essas pessoas, também não tem acesso aos níveis mais elevados de ensino.</p>
<p>ESTEVES NETO, Hildebrando. Preconceito e Contato intergrupar: Um estudo dos Núcleos de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas. 2014. 255 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.</p>	<p>Investigar o preconceito e o contato intergrupar nos NAPNES relacionados à inclusão escolar em classe comum. A pesquisa mostra a diminuição do preconceito na relação de diferenças culturais e sociais aceitáveis pela sociedade, seja o contato intergrupar planejado ou estruturado, e que, os Núcleos podem influenciar no processo da inclusão quando há maior frequência nos contatos intergrupais.</p>
<p>MARQUES, Claudia Luíza. Educação profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. 2014. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2014.</p>	<p>Verificar em um IF de educação profissional, que se identifica como inclusiva, qual estratégia para o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência. Os resultados identificaram a falta de diretrizes na instituição para conduzir o ingresso e a permanência dos estudantes com deficiência. Identificou-se que existe a compreensão da necessidade da efetivação de ações que viabilize políticas institucionais para o avanço nesses processos.</p>
<p>SILVA, Rivânia de Sousa. Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da ação TEC NEP. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade</p>	<p>Analisar o processo de inclusão de estudantes com deficiência nos cursos superiores a partir da implantação da Ação TEC NEP. Concluiu-se que a criação do NAPNE através da Ação TEC NEP teve fundamental importância para pautar na instituição a discussão acerca da inclusão dando maior visibilidade as demandas dos alunos com deficiência para</p>

Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.	facilitar a acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos do IFPB.
SOARES, Gilvana Galeno. A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN. 2015. 15f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.	Avaliar a realidade em que se encontram os NAPNEs, implantados no âmbito do IFRN através do Programa TEC NEP. A criação desse Programa significou um grande avanço para as políticas de inclusão do IFRN, dificuldades também foram apontadas como: falta de estrutura física, de recursos materiais e humanos e de ordem financeira o que foram barreiras para a implementação e atuação dos NAPNEs.
CUNHA, Ana Lúcia. O programa TEC NEP e sua implementação na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e desafios. 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – IFRN, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal, 2015.	Apresentar uma análise reflexiva sobre o TEC NEP e sua implantação na RFEPCT, cuja proposição é mostrar avanços, os limites e desafios dessa política na Rede. A implementação do Programa não vem alcançando resultados que modifiquem de fato a situação vivenciada pelos alunos com necessidades educacionais especiais que buscam uma formação profissional na Rede e são impedidos pela falta de políticas institucionais locais que os inclua no processo formativo.
ROCHA, Vânia Meneghini da. A educação especial nos institutos federais: o que dizem os Planos de Desenvolvimento Institucionais? 2016. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2016.	Analisar a política da Educação Especial nos PDIs, dos IFs. A análise revelou discursos que indicam, com frequência, o silenciamento da Educação Especial diante das políticas de inclusão. E o destaque foram os NAPNEs figurando como estratégia chave para a implementação de políticas inclusivas nos IFs e, em alguns momentos, como o único responsável por esse processo.
WELKER, Gisiele Michele. Transversalidade nas ações nas ações de Educação Especial: a realidade dos institutos federais de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.	Conhecer quais as transversalidades e ações da Educação Especial nesses Institutos. O conhecimento técnico e científico dos profissionais da educação na área da inclusão é determinante na continuidade de ações de características inclusivas, colaborando não só nas transversalidades necessárias, mas essencialmente e conseqüentemente na inclusão, na aprendizagem e no atendimento dos estudantes público da educação especial.
OLIVEIRA, Wanessa. Ações inclusivas no âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção. 2017, Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.	O estudo possibilitou a identificação de fragilidades e potencialidades da instituição para o exercício da educação inclusiva. Uma das principais limitações identificadas foi a ausência de uma política específica para direcionar e organizar as práticas de inclusão. Os NAPNEs revelaram-se potenciais para o exercício educacional pelo viés inclusivo.
CARDOSO, Maria Heloísa de Melo. Inclusão de alunos com deficiência na educação profissional e tecnológica. 2016, 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2016.	Analisar os dispositivos para a inclusão do aluno com deficiência nos cursos do IFSE - Campus Aracaju, período de 2007 a 2016. A pesquisa constatou que a inclusão não se concretiza pelo fato de ter o ingresso desses alunos no sistema educacional, pois, mesmo com as conquistas e o amparo legal, a transformação da escola em um espaço para todos ainda se constitui um desafio. Garantir a oferta de vagas é um avanço, porém não é suficiente para que tenham acesso ao mundo do trabalho.
RIBEIRO JÚNIOR, Giorgione Mendes. A percepção de alunos com deficiência sobre a gestão para a inclusão: o caso do IFPB - Campus João Pessoa. 2017.	A pesquisa tem como objetivo compreender as propostas de Sasaki (2009), aos alunos com deficiência do IFPB - João Pessoa. O estudo revelou que todas as dimensões da acessibilidade surgiram nas falas dos alunos com deficiência, e

101f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.	percebida de forma mais desfavorável do que favorável, onde se conclui que os alunos com deficiência do campus João Pessoa, percebem as ações para a inclusão feitas pelo Instituto com tendo muitas inconformidades, precisando de mudanças em quase todos os aspectos.
MENDES, Katiúscia Aparecida Moreira de Oliveira. Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros. 2017.165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Goiás, 2017.	Conhecer as ações institucionais dos IFs para o atendimento ao público da Educação Especial. A tese evidencia que a organização das práticas de atendimento pedagógico e a estruturação dos núcleos de acessibilidade dependem das gestões locais em cada IF, e a interlocução entre essas instituições é quase inexistente. Sendo assim, se perde a referência a Ação TEC NEP e a Educação Especial passa a ter uma trajetória própria dentro de cada IF, sem carecer de qualquer iniciativa nacional.

Tabela 1- Registros obtidos e selecionados de acordo com os descritores

O resultado final do levantamento foram 14 trabalhos (12 dissertações e 02 teses): Carlou (2014), Esteves Neto (2014), Marques (2014), Silva (2014), Soares (2014), Cunha (2015), D'all Alba (2016), Cardoso (2016), Rocha (2016), Welker (2016), Alencar (2017), Mendes (2017), Oliveira (2017) e Ribeiro Junior (2017).

A metodologia de avaliação mais utilizada foi a aplicação de questionários e entrevistas, seguida pela pesquisa documental e bibliográfica e estudo de caso. Quanto à temporalidade dos trabalhos selecionados, encontramos estudos concluídos entre os anos de 2014 e 2017, distribuídos: 2014 (cinco trabalhos); 2015 (um trabalho); 2016 (quatro trabalhos); 2017 (quatro trabalhos).

Observamos ainda a seguinte distribuição dos estudos por região geográfica brasileira: Região Nordeste (sete trabalhos), seguidamente Região Centro-Oeste (três trabalhos), Região Sul (dois trabalhos), e Sudeste (dois trabalhos) e Região Norte (um trabalho). Um dos trabalhos foi desenvolvido de maneira interinstitucional com a UFPB e IFMT.

Os trabalhos foram desenvolvidos em sua maioria em Programas de Pós-Graduação em Educação (oito trabalhos), encontramos ainda trabalhos realizados em Programas de Educação Profissional (quatro trabalhos); Gestão Pública e Psicologia social (um trabalho cada). Desses, treze são programas de instituições públicas e um de instituição particular. Cabe ressaltar que, dos treze trabalhos desenvolvidos em instituições públicas, quatro foram desenvolvidos em Institutos Federais. Um dos trabalhos foi desenvolvido de maneira interinstitucional.

Quanto às temáticas dos trabalhos analisados, identificamos dois principais temas: políticas públicas na educação profissional (Programa TECNEP e NAPNE) e inclusão na educação profissional da rede federal. Os textos de Carlou (2014), Esteves Neto (2014), Silva (2014), Soares (2014), Cunha (2015), D'all Alba (2016), Rocha (2016), Welker (2016), Mendes (2017) e Oliveira (2017) indicam que o Programa trouxe um avanço enorme para as políticas de inclusão, oferecendo

suporte pedagógico aos Núcleos, desenvolvendo uma educação inclusiva articulada com a educação profissional, constatamos ainda, nos trabalhos um grande crescimento de ações exitosas quando os NAPNEs assumem o papel de protagonista e articulador das ações inclusivas dentro do ensino, propondo ações pedagógicas responsáveis por discussões sobre o aumento da escolarização dos alunos, aprendizagens significativas, facilitando o acesso, a permanência e o êxito dos alunos nos Institutos Federais, pois um ensino inclusivo requer comprometimento, formação de redes de apoio, um plano estratégico baseado na cooperação e colaboração de todos os profissionais envolvidos com propostas legitimadas.

Sobre a inclusão na educação profissional da rede federal os textos de Carlou (2014), Marques (2014), Silva (2014), Cunha (2015), D'all Alba (2016), Cardoso (2016), Alencar (2017), Mendes (2017), Oliveira (2017) e Ribeiro Junior (2017) investigam a inclusão na educação profissional e as reflexões empreendidas nessas pesquisas podem trazer um grande avanço para as políticas de inclusão dos IFs e tornar mais eficiente à proposta de uma educação mais inclusiva, mesmo num cenário de precariedade da rede federal, o que às vezes prejudica ou inviabiliza o trabalho planejado.

O tema sobre políticas públicas para a inclusão na educação profissional perpassa todos os trabalhos selecionados, porém a precariedade nas condições ofertadas nos institutos prejudica o trabalho. Os autores mostram que existem propostas, intenções, mas, não ações efetivas, a falta de diretrizes para uma educação inclusiva de forma sistêmica, e ainda, algumas dificuldades encontradas como: dificuldades em todos os tipos de acessibilidade, falta de estrutura física, falta de recursos materiais, humanos e financeiros, preconceito e falta de interlocução entre as instituições de uma mesma rede. A ausência dessas diretrizes na instituição inviabiliza o ingresso, a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes com deficiência que buscam uma formação profissional na rede e são tolhidos por falta dessas ações que irão de fato propiciar mudanças reais na sua vida acadêmica e profissional, além disso, aumentam as dificuldades de atuação dos NAPNEs.

O mapeamento das dissertações e teses nos indicou que a educação inclusiva na rede federal tem sido pouco estudada, levando em consideração que em 2014, ano que terminou a terceira fase de expansão da rede, já estavam em funcionamento 38 IFs e 562 *campi*, abrangendo 517 municípios, localizados em 27 unidades da Federação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face aos dados apresentados esse estudo poderá possibilitar reflexões sobre as práticas inclusivas nos institutos federais e poderá trazer contribuições para mudanças no processo de

inclusão nos NAPNEs. Fica patente o grande potencial dos Núcleos para a expansão de práticas inclusivas nos *campi* sob o tripé do ensino, pesquisa e extensão, o que abre uma grande oportunidade de trabalho para o atendimento dos discentes nos Institutos Federais. Precisamos repensar os espaços escolares, pois, eles devem facilitar os processos de mudanças para promoção da inclusão, assim, a construção de uma escola inclusiva requer, além de mudanças nas práticas dentro das salas de aula, mudanças na gestão. Necessitamos de uma política inclusiva institucional que ofereça aos *campi* propostas de intervenções que nos legitime como uma Instituição inclusiva de fato, isso implica na transformação de toda Instituição escolar, envolvendo um contínuo processo de reflexão das práticas positivas e atitudes positivas em todas as ações trabalhadas no ambiente escolar, assim todos os alunos terão oportunidades de aprender o respeito, interesse e o apoio mútuo.

Os dados mostram a escassez das investigações a respeito do processo de inclusão de alunos com deficiências nos IFs indicando que ainda existe uma grande lacuna entre as diretrizes legais vigentes e a efetivação do acesso, a permanência nos estudos e a formação profissional exitosa dos discentes. Precisamos repensar a forma de incluir, incluir não é só receber, é aceitar o aluno com deficiência que precisa passar a ser visível aos nossos olhos, ser visível aos olhos dos professores, aos olhos de toda comunidade, ser visível aos olhos dos Institutos Federais, aos olhos do nosso país.

REFERÊNCIAS

ALBA, Jacira Dall'. **Inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: contribuições do NAPNE do IFAM – campus Manaus zona leste**. 2016, 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Amazonas, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/maril/Downloads/Inclus%C3%A3o%20no%20contexto%20dos%20Institutos%20Federais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20do%20NAPNE%20do%20IFAM.pdf> Acesso em: 21 jun. 19

ALENCAR, Ligyanne Karla. **Políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional: ações e possibilidades no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do rio grande do norte Natal**. 2017, 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em:

<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1372/Ligyane%20Karla%20de%20Alencar%20POLÍTICAS%20PÚBLICAS%20DE%20INCLUSÃO%20DE%20PESSOAS%20COM%20DEFICIÊNCIA%20NA%20EDUCAÇÃO%20PROFISSIONAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso em: 26 jun. 19

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-normaatuizada-pl.pdf> Acesso em: 27 set. 19.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 27 set. 19.

BRASIL. Lei nº 13.409/2016 - Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicas de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e diretrizes dos Institutos Federais. 2010. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Portaria normativa nº 9, de 5 de maio de 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490 Acesso em 27 set. 2019.

CARDOSO, Maria Heloísa de Melo. **Inclusão de alunos com deficiência na educação profissional e tecnológica.** 2016, 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, 2016. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4804/1/MARIA_HELOISA_MELO_CARDOSO.pdf Acesso em: 28 jun. 19.

CARLOU. Amanda. **Inclusão na educação profissional: visão dos gestores do IFRJ.** Rio de Janeiro, 2014, 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/dissertacao_carlouAmanda_2014.pdf Acesso em: 23 jun. 19.

CUNHA, Ana Lúcia. **O programa TEC NEP e sua implementação na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: ressonâncias acadêmicas, limites e desafios.** 2015. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal, 2015. Disponível em: http://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/761/ANA%20L%20C%3%8DDIA_disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 28 jun. 19.

ESTEVES NETO, Hildebrando. **Preconceito e contato intergrupal: um estudo dos Núcleos de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas.** 2014. 255 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/6954> Acesso em: 28 jun. 19.

MARQUES, Claudia Luíza. **Educação profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília.** 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15892> Acesso em: 20 jun. 19.

MENDES, Kátiuscia Aparecida Moreira de Oliveira. **Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros**. 2017.165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Goiás, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8139/5/Tese%20-%20Kátiuscia%20Aparecida%20Moreira%20de%20Oliveira%20Mendes%20-%202017.pdf>
Acesso em: 25 jun. 19.

OLIVEIRA, Wanessa. **Ações inclusivas no âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção**. 2017, Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://cmpdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3oWanessaMoreiradeOliveira19.pdf>
Acesso em: 23 jun. 19.

RIBEIRO JÚNIOR, Giorgione Mendes. **A percepção de alunos com deficiência sobre a gestão para a inclusão: o caso do IFPB - Campus João Pessoa**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23623/1/GiorgioneMendesRibeiroJunior_DISSERT.pdf Acesso em: 25 jun. 19

ROCHA, Vânia Meneghini da. **A educação especial nos institutos federais: o que dizem os Planos de Desenvolvimento Institucionais?** 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2016. Disponível em: http://univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html?action=readFile&fileVania_Meneghini_da_Rocha.pdf¤t=/DissertacoesAcesso em: 28 jun. 19.

SILVA, Rivânia de Sousa. **Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da ação TEC NEP**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19953.A> Acesso em: 28 jun. 19.

SOARES, Gilvana Galeno. **A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN**. 2015. 15 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de

Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 6, p. 39618-39632 jun. 2020. ISSN 2525-8761

Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20300> Acesso em: 28 jun. 19.

WELKER, Gisiele Michele. **Transversalidade nas ações nas ações de Educação Especial: a realidade dos institutos federais de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.** 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7985 Acesso em: 28 jun. 19.